

## O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO A DISTÂNCIA

### DEMOCRATIC MANAGEMENT IN DISTANCE LEARNING TEACHER EDUCATION PROGRAMMES

Valdelaine Mendes<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Pelotas

#### RESUMO

Este estudo tem como objetivo relacionar algumas características dos cursos de licenciatura a distância com a formação de professores para a gestão democrática, bem como problematizar as implicações para a atuação docente das precárias experiências democráticas durante o processo de graduação. Além da análise documental, a pesquisa contou com um levantamento realizado em uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior (IPFES) sobre a participação dos estudantes e dos docentes em dois processos eleitorais distintos na universidade. O estudo indicou que, quanto mais os estudantes e os trabalhadores da área de educação forem privados dos processos ou dos espaços de decisão coletiva ou ficarem alheios a eles, mais serão as chances de conservar e perpetuar as estruturas hierarquizadas de poder, pois aqueles tenderão a aceitar “naturalmente” essa forma de organização da sociedade. A qualificação da convivência, na perspectiva da construção de relações sociais mais participativas, pressupõe uma compreensão de que é possível alcançar uma sociedade menos submissa e mais justa.

**Palavras-chave:** Gestão democrática. Formação. Ensino a distância.

#### 1 INTRODUÇÃO

Ainda que não seja possível alcançar a democracia, na acepção mais radical do termo – devido às condições desiguais de existência geradas pelo modelo de produção vigente, que não permitem aos sujeitos terem as mesmas possibilidades de se inserir na vida social – desde a década de 80 do século passado, no Brasil, vêm ocorrendo importantes conquistas que vão bem além do direito de votar em dias de eleição e de ser eleito. Na atualidade, as possibilidades de participação e organização coletiva estão presentes em diversos espaços, mas necessitam ser assimiladas e ampliadas.

A democracia precisa ser aprendida. Ninguém nasce mais ou menos democrático. Isso ocorre nas inúmeras relações sociais que os homens estabelecem entre si desde a infância. Essas experiências podem gerar um comportamento mais crítico e questionador ou mais passivo e submisso diante dos acontecimentos sociais. E é na escola que a interação com os sujeitos de diversos grupos pode despertar com força e adquirir a dimensão coletiva de luta pelos interesses e pelas necessidades de um grupo ou grupos.

Da escola de educação infantil até a universidade, muito pode ser aprendido sobre democracia nas instituições de ensino. Uma aprendizagem que extrapola os livros, os artigos, as aulas... As experiências da vida escolar cumprem um papel importante na formação dos

---

<sup>1</sup> Professora Associada do Departamento de Ensino da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: valrosamendes@uol.com.br

sujeitos para a democracia, porque, por meio delas, é possível cultivar os princípios da cooperação e da solidariedade mesmo em uma sociedade pautada no individualismo, na hierarquia e na exclusão. A ruptura com as ações verticalizadas passa pelo acesso a informações, pela transparência no uso dos recursos e pelo diálogo com a comunidade escolar, elementos básicos na condução de um processo democrático em uma instituição de ensino.

A Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - é bem clara ao determinar a gestão democrática do ensino público. Isso significa que, durante o processo de formação inicial, o futuro professor precisa, além de discutir sobre o que isso significa, ter a possibilidade de acessar a exercícios democráticos dentro da própria instituição.

De acordo com o artigo 56 da LDB, especificamente nas instituições públicas de ensino superior, deve-se obedecer ao princípio da gestão democrática, ainda que, na previsão legal, a distribuição de poder entre os segmentos que integram a comunidade universitária não seja paritária.

Art. 56 As instituições públicas de ensino superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes. (LEI nº 9.394/96)

Este estudo tem o objetivo de relacionar algumas características dos cursos de licenciatura a distância com a formação de professores para a gestão democrática e de problematizar as implicações para a atuação docente das precárias experiências democráticas durante o processo de graduação.

No caso dos estudantes dos cursos a distância, a possibilidade de participarem efetivamente do dia a dia da instituição parece ser bem limitada. Não apenas as barreiras espaciais (atividades acadêmicas realizadas em local definido pelo estudante, que pode ser a casa, o trabalho, a biblioteca etc.), temporais (os momentos e os períodos de realização do curso são flexíveis) e organizacionais (poucas oportunidades de trabalho coletivo, de debate e de troca de ideias; predomínio das interações virtuais; precários vínculos de trabalho das equipes que atuam com Ensino a Distância<sup>2</sup> (EaD) nas instituições de ensino), mas também a

---

<sup>2</sup> Usa-se a expressão ensino a distância em contraposição ao conceito educação a distância, por se entender que os processos não presenciais, aprovados pelo Ministério da Educação, baseiam-se nos princípios da instrução e

própria concepção de formação (rápida e individualizada), predominantemente disseminada nessa modalidade de ensino, colabora para o envolvimento restrito dos estudantes nas questões mais amplas e coletivas da instituição de ensino superior.

Além da discussão com base em estudo bibliográfico, utilizaram-se dados obtidos na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para a elaboração deste texto, que também contou com um levantamento que foi feito em uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior (IPFES) sobre a participação dos estudantes e dos docentes em dois processos eleitorais distintos na universidade. Nessa instituição, foram coletados documentos e realizadas entrevistas.

O texto está organizado em três partes. Na primeira, apresentam-se dados referentes à oferta de EaD no Brasil; na segunda, discute-se sobre a relevância da gestão democrática nos cursos de formação de professores; e na terceira, faz-se uma abordagem sobre o envolvimento da comunidade acadêmica dos cursos a distância de uma IPFES em dois processos eleitorais.

## **2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

O debate sobre a gestão democrática da educação ocupa um lugar importante na literatura da área, especialmente a partir dos anos 1980, com o processo de democratização do país. Como resultado das lutas de diferentes setores organizados da sociedade, foi assegurada, no texto da Constituição Federal de 1988 (CF 1988), a inclusão de um artigo que determina a gestão democrática no ensino público. Ainda que restrito ao ensino público, o artigo é considerado um avanço no campo educacional, na medida em que são criadas as condições legais para a implementação de processos de gestão que superem a centralização das decisões, o autoritarismo e a hierarquia.

Naquele momento, foi importante assegurar a inclusão do artigo na CF 1988. Porém, para garantir que o ensino público, em todos os níveis e modalidades, tenha gestões efetivamente democráticas, são necessárias mudanças nas formas de organizar todo o trabalho pedagógico, que estão diretamente relacionadas à leitura de mundo, de sociedade e de escola daqueles que integram as redes de ensino e as comunidades escolares.

A universidade é um espaço plural onde estão em disputa diferentes visões de educação. Ainda que se possa pressupor que todos os que a integrem almejem o mesmo propósito – oferecer uma educação de boa qualidade a todos – a noção do que seja essa

---

da transmissão de informações, o que, de acordo com Arroyo (2002), não assegura o direito ao saber socialmente produzido pela humanidade. Um debate detalhado sobre essa questão foi feito por Fétizon e Minto (2007).

qualidade pode ser bastante diversa. Para alguns, ela pode estar relacionada a um projeto educacional a favor do capital, e para outros, a um plano para se superar o modo de produzir vigente e de transformar a sociedade. Então, incluir todos os segmentos envolvidos no dia a dia da universidade diante da possibilidade de delegar a um grupo a responsabilidade de conduzir a instituição acentua a noção de que a política faz parte da vida de todos, e não, somente, daqueles que assumem funções para as quais foram eleitos. Por outro lado, fortalece a possibilidade de se apropriar o saber na instituição de ensino, para além das disciplinas ministradas em sala de aula.

A participação em um processo eleitoral é um espaço importante de formação política, pois, quando se garante o direito de escolha, aprende-se a desenvolver a argumentação, a lidar com conflitos, a conviver com pessoas diferentes, a acessar pontos de vista divergentes, a ampliar o compromisso com a instituição e a conhecer diferentes propostas e formas de pensar sobre a universidade. Criam-se, dessa forma, as condições para formar ou simplesmente solidificar as próprias convicções.

A predisposição para participar não é um comportamento cultivado na sociedade capitalista, onde o não envolvimento e a delegação na tomada de decisões são naturalmente aceitos. Para Singer (1998, p. 130), “o desejo de participar, que é a forma concreta do anseio pela desalienação, normalmente não é despertado e é frequentemente reprimido quando se manifesta”.

A possibilidade e a liberdade de escolha permitem acompanhar e avaliar as propostas e os programas apresentados pelos candidatos. Negar essa possibilidade a um setor da universidade é um estímulo à omissão perante tudo o que lá ocorre. Evidentemente, o exercício democrático não se restringe ao ato de votar em pessoas para ocuparem determinados cargos. Esse exercício também não se limita ao espaço acadêmico. Conforme Paro (2001),

mais importante do que isso, ao se pensar nas grandes massas da população, é que diuturnamente o cidadão comum sinta que sua vida está integrada a um todo social para o qual ele contribui com suas ações, com sua opinião e sua participação em múltiplas instâncias do tecido social, em que seus interesses e sua vontade manifesta sejam levados em conta. Mas, para que isso aconteça é preciso, dentre outras coisas, que ele seja formado para assim agir e interagir. (PARO, 2001, p. 41)

O estudante que experimenta a democracia, durante a vida acadêmica, aprende que a ruptura com atos autoritários e antidemocráticos passa, primeiramente, pela compreensão de que é possível construir relações pautadas em outras referências, em que prevaleçam as demandas e os encaminhamentos coletivos.

[...] se é a partir de práticas democráticas que se forjam verdadeiros cidadãos, parece não haver dúvida de que, para formar pessoas que contribuam com seu esforço para uma sociedade para uma sociedade mais justa e mais livre, é preciso envidar esforços para que se tenha uma prática escolar condizente com esses ideais. (PARO, 2010, p. 64)

Especificamente no curso de licenciatura, o acesso ao exercício democrático ganha uma dimensão maior, pois as experiências do processo de formação podem servir de referência para a atuação docente e contribuir para uma prática social comprometida com uma interpretação emancipatória da realidade. O que e o quanto será transposto da formação universitária para o exercício docente não há como prever. Cada um, a depender do contexto e das condições de atuação e do que vivenciou e interiorizou ao longo da vida, realizará um tipo de trabalho. A constituição de um professor vai muito além do período em que manteve vínculo com a instituição de ensino superior como estudante. Paro (2001b) argumenta, inclusive, que as experiências discentes internalizadas<sup>3</sup> pelos professores, durante a vida escolar, podem ser determinantes em seu exercício profissional. Entretanto, isso não elimina o importante papel do processo de formação inicial para o professor.

No que tange às formações de professores a distância, algumas características dos cursos de graduação constituem barreiras para a efetivação de processos que assegurem a participação na vida universitária e o trabalho coletivo. De acordo com Freitas (2007), é preciso fazer uma análise

[...] tendo como referência a crítica à concepção de educação e de formação que informa os cursos e programas de EAD, na medida em que se impõe por ações “minimalistas” na formação, pelos encontros presenciais de 4 horas semanais, pelo caráter da ação dos tutores, uma forma precarizada de trabalho de formação superior, e ainda quanto aos processos de elaboração dos materiais didáticos, financiamento e instrumentos necessários à formação superior. O caráter das propostas atuais de cursos a distância, nos quais os encontros presenciais acontecem *apenas uma vez por semana*, em caráter não obrigatório, sendo apenas a avaliação obrigatoriamente presencial, está em sintonia com o sentido de responsabilização que se imprime às políticas atuais. Responsabiliza-se os estudantes, que já chegam a estes cursos em condições desiguais frente aos demais estudantes das universidades, sem que se ofereça, pelas condições de ensino – a mediação dos tutores e a ênfase em estudos individualizados e solitários –, possibilidades de auto-superação de suas limitações, resultantes de seu percurso na educação básica. (FREITAS, 2007, p. 1.213)

As limitações das condições de ensino apontadas por Freitas (2007) nas formações a distância merecem ser destacadas, porque, nessa modalidade, não há somente uma mudança

---

<sup>3</sup> O autor recorre à obra “A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento”, de Peter Berger e Thomas Luckmann, para explicar o quanto as experiências da infância, no período de socialização primária, podem influenciar as condutas na vida adulta.

espacial (da escola para a casa) e um processo de definição de outras práticas sociais (de comunicação, de padrão de comportamento, de produção) que afetam a constituição das subjetividades dos sujeitos envolvidos no processo educativo (RISCAL, 2010). Há, na realidade, uma brutal flexibilização nos vínculos que os trabalhadores mantêm com as instituições de ensino superior. No setor público, no EaD, a condução dos processos de formação é feita, predominantemente, por bolsistas, que desempenham um conjunto de funções definidas na Resolução nº 8, de 30 de abril de 2010, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que determina os valores pagos a cada profissional que atua no EaD.

Uma questão importante é: qual a repercussão para a educação básica de processos de formação de professores assentados na exploração absolutamente precária da força de trabalho das equipes que atuam nas modalidades a distância? Se, como afirma Saviani (2000), a educação tem um papel importante no processo de democratização, por homogeneizar as condições de participação nos diferentes espaços organizados da sociedade, quais serão, de fato, as possibilidades de haver uma participação mais qualificada na vida social se uma parcela dos docentes deste país tem acesso a formações em nível de graduação fundadas na exploração precária do trabalho?

Mas, talvez o elemento mais importante na formação para a democracia seja, de fato, o cumprimento, na escola, daquilo que lhe é mais específico, isto é, a criação de condições para que o educando de aproprie efetivamente dos conteúdos da cultura produzida pela humanidade trabalhados nessa instituição. Nada é mais comprometedor para a democracia do que a constatação de que gerações de estudantes permanecem durante anos na escola e que, ao deixá-la, têm dificuldades de interpretar textos simples ou, ainda mais preocupante, são analfabetos funcionais. Os sujeitos que saem da escola nessas condições são potencialmente propensos à passividade e à submissão diante dos acontecimentos sociais. Esse é o perfil evidentemente desejado para se conservar um modelo de sociedade assentado na desigualdade e na injustiça social.

Assim, não é possível pensar em democratização sem o acesso de todos ao saber produzido pela humanidade. Educação é, portanto, condição fundamental para a democratização da sociedade.

## **2.1 Alguns dados do EaD no Brasil**

No Brasil, a luta pela ampliação do acesso ao ensino superior não é recente e está no centro das reivindicações dos setores que batalham pela qualificação da educação no país.

Entretanto, essa luta não é somente pela oferta de vagas, mas também pela possibilidade de acesso ao conhecimento produzido nas diferentes áreas do saber, em que a qualidade precisa balizar qualquer projeto educacional.

Chaves Filho (2006), diretor do Departamento de Políticas em Educação a Distância do Ministério da Educação (MEC), em 2006, em um evento organizado pelo Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP), já demonstrava a preocupação do MEC com as metas para o ensino superior estabelecidas na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). O diretor do MEC noticiava, há sete anos, a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) como um projeto do MEC para fomentar a instalação de cursos nas modalidades a distância. Admitia que não era possível criar instituições de ensino presenciais em todas as regiões do país que atendessem à meta do PNE e anunciava o EaD como um modelo “inteligente”<sup>4</sup> para atender à demanda.

[...] O grande desafio é sair do modelo tradicional de transmissão do conhecimento para a socialização do conhecimento. A dinâmica de trabalho não é mais a da hierarquia, mas sim a do trabalho em rede, colaborativo. (CHAVES FILHO, 2006, p. 9)

Especificamente no âmbito da formação de professores, o PNE de 2001 reconhece que é preciso ampliar a oferta de vagas nas instituições superiores de ensino para suprir a carência de docentes graduados nas escolas de educação básica do país. De fato, os dados dos relatórios estatísticos, como se pode observar na tabela a seguir, do INEP, revelam um importante crescimento na oferta de vagas no ensino superior brasileiro nos anos 2000, com expressiva participação das graduações realizadas a distância.

**Tabela 1:** Vagas oferecidas, matriculados, ingressos e concluintes dos cursos presenciais e a distância no Brasil em 2000, 2003, 2010<sup>5</sup>

	2000		2003		2010		Δ 2003 - 2010	
	Presencial	A Distância	Presencial	A Distância	Presencial	A Distância	Presencial	A Distância
Vagas Oferecidas	1.216.287		2.002.733	24.025	3.120.192	1.634.118	55,79 %	6.701,74%
Matriculados em 30/06	2.694.245		3.887.022	49.911	5.449.120	930.328	40,18 %	1.763,67%
Ingressos	897.557		1.262.954	14.233	1.801.901	380.328	42,67 %	2.574,03%
Concluintes	352.305		528.223	4.005	829.286	144.553	56,99 %	3.509,31%
Nº de cursos	10.585	10	16.453	52	28.577	930	73,68%	1.688,46%

**Fonte:** Sinopse do Ensino Superior 2000-2010, MEC, INEP, DEED (BRASIL, 2010).

<sup>4</sup> Expressão utilizada pelo diretor do MEC.

<sup>5</sup> É importante esclarecer que o número de matriculados é maior do que o número de vagas oferecidas, porque, naquele dado, estão incluídos os estudantes que ingressaram em anos anteriores, isto é, congrega todo o universo de estudantes a distância regularmente matriculados no Brasil naquela data.

As sinopses do ensino superior do INEP só permitem uma visualização mais precisa dos dados da oferta de cursos a distância a partir de 2003, quando começou a haver mais detalhamento dessa modalidade de ensino nos levantamentos estatísticos da instituição. O número de cursos de graduação saltou de 10, em 2000, para 52, em 2003, e para 930, em 2010.

No ano de 2010, eram 28.577 os cursos presenciais e 930 a distância, sendo que, desses, 7.370 e 518, respectivamente, estavam lotados na área educacional. Isso representa 25,79% da oferta nos cursos presenciais e 55,70% nos cursos a distância de formação de professores. Quando esse cálculo é feito em relação ao número de alunos matriculados nos cursos de bacharelado e de licenciatura na modalidade presencial e a distância, o percentual cai para 17%. Dos 5.449.120 estudantes matriculados nos cursos presenciais, 3.958.544 frequentavam cursos de bacharelado, e 928.748, licenciaturas. Esses dados são reveladores da prevalência da formação de professores nos cursos a distância.

No resumo técnico do Censo da Educação Superior de 2009 do INEP, são expostos dados comparativos do público que frequenta o ensino superior, que é diferenciado conforme a modalidade de ensino.

[...] O aluno de EaD ingressa na educação superior mais tardiamente do que o da graduação presencial e, por conseguinte, a conclusão do curso para o aluno de EaD ocorre, em média, aos 36 anos, enquanto na presencial os alunos concluem aos 28 anos. (INEP, 2010, p. 19)

Outro aspecto que diferencia o perfil dos alunos de graduação nas modalidades de ensino é o grau acadêmico obtido no final do curso. Enquanto a maioria dos alunos da graduação presencial cursa o grau de bacharelado, os de graduação a distância concentram-se nos cursos de licenciatura. (INEP, 2010, p. 20)

Não se pretende estabelecer um paralelo entre o ensino presencial e a distância, até porque é preciso reconhecer que aquele também apresenta sérias limitações em inúmeras instituições de ensino. O uso da tabela com os dados das duas modalidades tem o propósito de revelar o crescimento no ensino superior nos anos 2000 e demonstrar que o crescimento relativo à oferta de vagas para a formação de professores no EaD é significativamente maior.

## **2.2 Os limites da implantação de uma gestão democrática em uma universidade**

Com o intuito de ilustrar as questões abordadas neste texto, de ampliar a problematização sobre o tema e de tornar mais visíveis alguns limites das formações a distância, foram descritos dois processos eleitorais ocorridos em uma IPFES. Por ter realizado uma ampla e polêmica consulta à comunidade universitária para definir quem seria o Reitor,

foi escolhida a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Essa experiência mobilizou parcela significativa dessa comunidade, que será posteriormente descrita.

Na UFPel, são ofertados quatro cursos de graduação a distância, todos na modalidade licenciatura: Matemática, Letras, Pedagogia e Educação do Campo. O primeiro processo a ser mencionado ocorreu no segundo semestre letivo de 2011, quando houve a eleição para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPel, a principal organização coletiva de acolhimento das reivindicações dos acadêmicos da graduação. O regimento do processo eleitoral previa que só poderiam participar os estudantes que comparecessem aos locais de votação no município de Pelotas.

Os cursos de graduação da UFPel vinculados à UAB funcionam em polos instalados em municípios dos três estados da região sul do Brasil. Os estudantes dos cursos a distância precisariam sair dos seus municípios para votar. As distâncias que precisariam percorrer variavam de 55 km, para o município mais próximo, a 1.066 km, para o mais distante. Nenhum estudante dos cursos a distância participou desse processo eleitoral.

De acordo com Freitas (2007, p. 1218),

a criação dos pólos da UAB nos municípios expressa a intencionalidade do Ministério de *diferenciar* a formação inicial de professores, retirando-a dos centros de educação, faculdades e da ambiência universitária, deslocando-a para os *espaços do trabalho* – para a educação básica e a escola, nos pólos presenciais nos municípios.

No primeiro semestre letivo de 2012, os estudantes e trabalhadores da UFPel viveram uma oportunidade importante de exercitar a democracia: o processo instalado na instituição, que culminou com uma consulta direta à comunidade universitária para a escolha do novo Reitor.

O processo eleitoral<sup>6</sup> para a escolha do Reitor da UFPel para a gestão 2013-2016 foi instalado por uma Junta Eleitoral, composta por representantes da Associação dos Docentes da UFPel (ADUFPel), da Associação dos Servidores da UFPel (ASUFPel) e do DCE. Seis chapas participaram da disputa, que ocorreu em dois turnos. Participaram do segundo as duas chapas mais votadas. Nesse momento, dos 22 mil estudantes da UFPel, sete mil estavam matriculados nos cursos a distância. Da mesma forma que na eleição do DCE, nesse processo, foi definido que, para votar, o estudante deveria comparecer aos locais de votação no município de Pelotas. De acordo com as normas de votação,

---

<sup>6</sup> A legalidade do processo eleitoral foi alvo de questionamentos jurídicos e na imprensa pela forma como foram contabilizados os votos. O critério de 33% dos votos para cada segmento definido pela junta era considerado ilegal, sob a alegação de contrariar a determinação da Lei nº 9.192/95, que estabelece a proporção de 70, 15, 15 para docentes, técnico-administrativos e estudantes, respectivamente.

1. A eleição será direta e secreta, com a participação dos três segmentos da comunidade universitária. Parágrafo único: o voto não poderá ser efetuado por correspondência ou procuração.

27. Os estudantes dos cursos a distância e do campus de Pinheiro Machado e de Eldorado terão urna específica localizada no campus das Ciências Sociais, à rua Alberto Rosa, 154, auditório, no período compreendido entre 08h e 21h30min (ADUFPel, 2012c, p. 1, 4)

No primeiro turno da eleição para Reitor na UFPel, participaram 8.573 estudantes, 1.028 docentes e 1.069 técnico-administrativos. No segundo turno, 6.837 estudantes, 984 docentes e 1.061 técnico-administrativos. A participação dos alunos do EaD foi restrita, porquanto não chegou a 50 estudantes<sup>7</sup>. Mesmo que fossem instaladas urnas em cada polo onde ocorrem os cursos a distância, a atuação dos estudantes poderia ser limitada, já que não participariam efetivamente dos debates e das atividades desenvolvidas pelas seis chapas que disputavam a eleição. Por outro lado, a participação desses estudantes na vida institucional é quase inexistente.

Na qualidade de estudantes de cursos de licenciatura, a participação nesse tipo de processo ganha ainda mais relevância, já que, durante a formação, a experiência pode dar subsídios para o futuro trabalho docente nas escolas de educação básica. É importante lembrar que, nessa instituição, o trabalho docente nas modalidades a distância é realizado, em grande parte, por profissionais que atuam na condição de bolsistas<sup>8</sup> da UAB, que não têm qualquer vínculo com a universidade como trabalhadores. Devido a isso, esses profissionais não puderam participar do processo eleitoral. Isso, além de afetar o sentimento de pertencimento à instituição e a motivação para o envolvimento com as atividades acadêmicas, pode, pela falta de acompanhamento e desconhecimento do processo, levá-los a não incentivar os estudantes a tomarem conhecimento e a participar de um momento importante da vida universitária. O fato de não se envolverem diretamente no processo eleitoral e de não poderem participar ativamente da escolha do grupo que conduzirá a universidade sugere menos valorização desse momento. Já que os tutores são as pessoas mais próximas dos estudantes no EaD (MENDES, 2012), pressupõe-se que sua motivação para estimular os estudantes a se envolverem nesses processos será limitada.

Como afirma Silva Jr (2003), são ações que podem originar no sujeito uma atitude passiva, de simples adaptação à sua realidade social.

---

<sup>7</sup> Esse dado foi obtido com integrantes do grupo que trabalhou diretamente no processo eleitoral. Os membros da junta preferiram não disponibilizar os dados detalhados com os números de votantes de cada unidade acadêmica, pois manifestaram o receio de que pudesse haver algum tipo de identificação.

<sup>8</sup> Toda a estrutura de trabalho, em nível de graduação a distância, pode ser verificada na Resolução n. 8, de 30 de abril de 2010 (BRASIL, 2010).

[...] no processo de ensino-aprendizagem, o sujeito parece ser colocado num plano secundário, numa posição passiva, sem que tenha a oportunidade de enfrentar o conflito, a contradição e a tensão, intrínsecos a qualquer processo formativo. (SILVA JR, 2003, p. 92)

O fato de os estudantes de EaD não participarem dos processos eleitorais, tanto para a eleição do DCE quanto para Reitor, é exemplo de uma experiência na vida universitária que pode contribuir, no processo de formação, para alienar, e não, para emancipar.

Mais do que a exposição de ideias e de posições, esse tipo de experiência permite o conhecimento sobre o funcionamento da universidade, o que é um requisito essencial para que o cidadão tenha condições de fazer o controle público sobre todo o tipo de recurso ali alocado. A ampla participação da comunidade nesse tipo de decisão, além de colocar estudantes, técnico-administrativos e professores na busca pelo mesmo objetivo de primar pela qualidade do trabalho desenvolvido na instituição, confere visibilidade à universidade e chama a atenção para o fato de que as ações lá desenvolvidas não interessam apenas aos que diretamente participam das atividades, mas também a toda a sociedade, que contribui para a sua existência.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Florestan ressaltava [...] que a democratização do ensino só se realizaria quando fossem abolidas as barreiras extra-educacionais que restringem o direito à educação convertendo o ensino em privilégio das classes dominantes. (ZANETIC, 2006, p. 12)

O fortalecimento dos espaços coletivos de atuação política é um pressuposto fundamental para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. As relações de trabalho e as características dos cursos de graduação a distância acentuam um valor essencial do capitalismo: o individualismo.

Quanto mais os estudantes e os trabalhadores da área de Educação forem privados dos processos ou dos espaços de decisão coletiva e ficarem alheios a eles, mais chances haverá de se conservarem e perpetuarem as estruturas hierarquizadas de poder, pois eles tenderão a aceitar “naturalmente” essa forma de se organizar a sociedade. A qualificação da convivência, na perspectiva de se construírem relações sociais mais participativas, pressupõe uma compreensão de que é possível alcançar uma sociedade menos submissa e mais justa. Por outro lado, é preciso estar atento à política educacional que originou processos de formação com as características vistas neste texto, pois, caso contrário, corre-se o risco de apontar as instituições, os cursos e os grupos de trabalhadores e de estudantes como os grandes responsáveis pela falta de democracia na universidade.

Sem desconsiderar as peculiaridades locais que podem produzir entraves à implementação de processos democráticos, é preciso reconhecer que as determinações dos projetos políticos mais amplos repercutem nas ações dos sujeitos no interior das instituições de ensino. O EaD vinculado à UAB é um exemplo disso.

Essa é uma visão utilitarista de uma educação mais centrada nos conteúdos e menos na formação humana dentro daquilo que, historicamente, tem sido defendido pelos movimentos de trabalhadores da área de Educação. Esse modelo de formação que, devido às suas características, produz tantas mudanças na identidade do professor, também afeta a formação, do ponto de vista do exercício da democracia.

## ABSTRACT

This study aims to relate some characteristics of distance degree courses with teacher education for democratic management, as well as discussing the implications for teaching practice of the precarious democratic experiences during graduation. In addition to documentary analysis, the research also included a survey conducted in the Federal Public Institution of Higher Education (IPFES) on the participation of students and teachers in two different electoral processes at the university. The study indicated that the more students and workers were deprived of the processes or spaces for collective decision or were distanced from them, the greater the chances of preservation and perpetuation of hierarchical structures of power, because those tend to accept “naturally” this type of organization of society. The qualification of coexistence in the perspective of building more participatory social relationships presupposes an understanding of what a less submissive and more just society can achieve.

**Keywords:** Democratic management. Training. Distance learning.

## REFERÊNCIAS

ADUFPeL. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas. Ata de apuração do segundo turno do processo de consulta à comunidade para a escolha do novo Reitor da UFPeL. Disponível em: < <http://adufpel.ufpel.edu.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2012a.

\_\_\_\_\_. Normas para as eleições administrativas - 2013-2016. Disponível em: <<http://adufpel.ufpel.edu.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2012b.

\_\_\_\_\_. Normas para votação. Disponível em: < <http://adufpel.ufpel.edu.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2012c.

\_\_\_\_\_. Resultado final da eleição para Reitor. Disponível em: < <http://adufpel.ufpel.edu.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2012d.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1998.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/index.php>>. Acesso em: fev.-dez. 2011.

BRASIL. Resolução n. 8, de 30 de abril de 2010. Altera os incisos I a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 26/2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

CHAVES FILHO, Hélio. A educação a distância tem forte potencial de inclusão. In: SINPRO-SP. Avaliação crítica da educação a distância: reflexões do seminário realizado pelo Sinpro-SP/abril 2006. Disponível em: <[http://www.sinpro.org/arquivos/ead/folheto\\_ead\\_22maio.pdf](http://www.sinpro.org/arquivos/ead/folheto_ead_22maio.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2012.

FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura; MINTO, César Augusto. Ensino a distância: equívocos, legislação e defesa da formação presencial, **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 39, p. 93-105, fev. 2007.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 (Especial), p. 1203-1230, out. 2007. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2002-2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2009**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

MENDES, Valdelaine. O trabalho do tutor em uma instituição pública de ensino superior. Belo Horizonte. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 103-132, jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982012000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982012000200006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 30 out. 2012.

PARO, Vítor Henrique. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Reprovação escolar**: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2001b.

SILVA JR, João dos Reis. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 78-94, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a07.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**. Petrópolis: Vozes, 1998.

UFPEL. Alunos da graduação da UFPel se aproximam de 22 mil. Disponível em: <<http://ccs.ufpel.edu.br/wp/2011/07/18/alunos-de-graduação-da-ufpel-se-aproxima-dos-22-mil>> Acesso em: 5 jan. 2012.

ZANETIC, João. Florestan Fernandes e a defesa da escola pública. **Revista Adusp**. p. 6-14, jan. 2006.